

Remanescentes de quilombos lutam pela recuperação da terra

Mais de 50 famílias de descendentes de escravos estão acampados em frente à Fazenda Fundão, em Reserva do Iguaçu, a 50 quilômetros de Guarapuava. Eles reivindicam as terras da fazenda, de 3600 alqueires, que pertenceram aos seus antepassados durante 90 anos e foram vendidas, mediante pressão, à Cooperativa Agrária Mista Entre Rios em 1974.

A terra foi doada por Beibine Francisca de Siqueira a 11 ex-escravos seus em 1886 e não poderia ser vendida. Sob pressão da cooperativa e do delegado Oscar Pacheco dos Santos, os descendentes acabaram obrigados a abandonar suas terras. Esta comunidade negra foi submetida aos mais torpes processos de violência física, espancamentos, tentativas de homicídio e pressões psicológicas, além de ludibriados em fraudes cartoriais. O delegado mandou queimar 300 mil quilos de adubos, 7 mil litros de insumos de 1 litro, 1 colheitadeira Claixon, 1 trator Massey Ferguson, 18 tambores de óleo diesel e outros ingredientes do barracão de lavouras.

O caso não é novo e diz respeito a um problema que mexe com as entranhas históricas e culturais do Brasil. Por isso mesmo, refoge a uma apreensão meramente fundiária, escapa aos limites dos clássicos casos de ocupação de terras no país. A questão, portanto, apesar de ser também, não é um caso típico de trabalhadores rurais sem terra na luta por um pedaço de chão para morar e plantar.

Esta é a segunda vez que as famílias tentam recuperar suas terras. A primeira foi em 96, quando foi fundada a Associação Heleodoro Paloi de Teiha, que representa as famílias. O grupo também ingressou com ação judicial, solicitando a recuperação do imóvel.

Durante os 20 anos em que permaneceram expulsas de suas terras, estas pessoas vagaram pelas periferias de cidades, vivendo sob condições de vida desumanas. "Nós não podemos continuar na cidade porque lá não tem trabalho para nós. Queremos voltar para nossas terras para plantar e produzir", disse um dos acampados. Eles estão decididos a permanecer em frente à fazenda até a recuperação da posse.

Por todas essas razões, a Associação Heleodoro Paloi de Teiha reivindica, além da recuperação da fazenda:

- Que a Polícia Militar não efetue o despejo ordenado pela juíza da Comarca de Pinhão, já que a comunidade negra, incluindo velhos e crianças, está acampada na beira da estrada pública;
- Imediata liberação das áreas improdutivas da fazenda para realização de plantio e colheita;
- Desapropriação por necessidade ou utilidade pública da área que lhes foi violentamente expropriada, pelo governo estadual ou federal, uma vez que as famílias podem ser consideradas elementos integrantes no processo civilizatório nacional, podendo a fazenda ser qualificada como "patrimônio cultural brasileiro".

Uma comissão formada pela ACNAP (Associação Cultural Negritude e Ação Popular), CPT, a APP-Sindicato, Slammuc, Sindicato dos Bancários, Instituto Afro-brasileiro setorial de negros e negras do PT, Coletivo de Mulheres Negras e representantes de diversas entidades estão elaborando um dossiê sobre a situação dos descendentes de ex-escravos para denunciá-la à comunidade internacional.

Além disso, a comissão está fazendo uma campanha de arrecadação de alimentos, roupas, remédios e lona plástica para os acampados. As doações podem ser entregues na Casa do Professor em Curitiba (R. Desembargador Mota, 1331, na esquina com a Rua 7 de Setembro).

Acnap
APP-Sindicato
Sindicato dos Bancários
CPT

MATO BRANCO DO SUL - CAMPO GRANDE
FAX (067) 789 6253
OBS: ENVIAR FAX DE APOIO AO QUILOMBO
OBS: ESTE QUILOMBO FICA NO ESTADO DO
PARANÁ - CIDADE CURITIBA - PR.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

data ____/____/____

cod. 030 300 07